

Ano LXXIX 16 a 19/11/2009 - No 4290 - www.bancariosrio.org.br



Almir, presidente negro

Presidente do Sindicato, Almir Aguiar, fala sobre racismo nos bancos, em entrevista na página 4.





1º Semana da Consciência Negra



Uma semana de debates e homenagem a Zumbi



A realização desta 1ª Semana da Consciência Negra, com que lembramos a luta de Zumbi dos Palmares (1655-1695), o maior líder negro do país, é parte de uma série de atividades organizadas pela Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato, juntamente com a Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual.

Durante esta semana, 16 a 20 de novembro, haverá debates, palestras, exibição de filmes, lançamento de livro. O encerramento será com apresentação de dança (charme) e ato no

monumento a Zumbi, na Praça Onze.

Já na abertura da semana, nesta segunda-feira, as ações afirmativas vão ocupar a pauta dos debates, às 18h, no auditório da entidade. Nos dias seguintes, os aspectos jurídicos e raciais da liberdade religiosa, a discriminação racial e segurança pública vão aquecer os debates no auditório do Sindicato.

Nos poucos anos de sua existência, a Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato se inseriu nas atividades sociais e participou de diversos fóruns de debates, palestras, seminários, audiências públicas e de outras formas de expressão do movimento popular.

Entre essas atividades destacamos o Fórum de Combate à Discriminação no Mercado de Trabalho, no auditório do Ministério Público do Trabalho (MPT), que criou o Movimento pela Promoção da Igualdade no Mercado de Trabalho. Este movimento entrou com uma ação contra os grandes bancos, onde foi constatado um elevado grau de desigualdades.

A secretaria também lançou a Campanha de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Realizamos atos de protesto contra a discriminação nos bancos e a campanha de solidariedade às vítimas das enchentes no Sul. Participamos ainda de diversos encontros sobre a questão climática, entendendo que não podemos ficar à margem da luta em defesa da redução das emissões de gazes que atuam no efeito estufa, causando a elevação do aquecimento global.

É da autoria da Secretaria de Políticas Sociais a cartilha com os temas que compõem a agenda do movimento social; produziu ainda a cartilha para o I Seminário da Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual (disponível na secretaria). Houve ainda nossa participação na reprodução ao lado da CUT/RJ da cartilha LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) – foi lançada a idéia de organizar o coletivo LGBT da central.

Ainda temos muitos desafios a encarar. O Sindicato sempre empunhou as bandeiras do movimento social e o nosso propósito é ampliar a participação no

Os bancários estão convidados a participar dos debates das questões raciais de 16 a 19, sempre a partir das 18h, no Sindicato. No dia 20, feriado, haverá atividade o dia inteiro, no monumento a Zumbi.

Robson de Oliveira Santos

Diretor-executivo da Secretaria de Política Sociais do Sindicato

LIVROS

Renato Lima escreve sobre Zumbi para jovens

Zumbi dos Palmares é o líder mais famoso dos quilombos brasileiros, símbolo da luta contra a escravidão e pela liberdade. Em 20 de novembro, data da sua morte em 1695, comemora-se a o Dia da Consciência Negra. O legado de Zumbi continua vivo. Ele é referência para todo brasileiro que deseja um país melhor, em que todos possam viver bem, sem ninguém sendo explorado e que as diferenças culturais sejam respeitadas.

O autor é o carioca Renato Lima, diretor do Sindicato e coordenador do Dieese no Rio. Formado em Filosofia pela UFRJ e mestre em História pela

UFF. Renato escreveu outros livros. As ilustrações são de Graça Lima, também carioca. Ela ilustrou mais de 100 livros e é ganhadora de prêmios no Brasil e no exterior

Biografia

A biografia do líder negro Abdias Nascimento, escrita pela jornalista Sandra Almada, é também uma referência para combater o racismo e as desigualdades raciais. Mais informações, http://migre.me/9vt4.

CRIMINALIZAÇÃO DOS POBRES

Autoridades partem para o confronto

A declaração do governador Sergio Cabral, em abril do ano passado, revelou o raciocínio preconceituoso da elite que defende medidas segregacionistas como política de combate à violência. Ao defender o aborto, Cabral afirmou que a mulher favelada é uma fábrica de bandidos.

"A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência (...) Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega a Rocinha, é padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginais. O Estado não dá conta", disse o governador.

Com poucas palavras, o governador criminalizou a população pobre e propôs a segregação social. Reafirmou um aspecto perverso da mentalidade capitalista: é mais fácil para o Estado acabar com a violência exterminando os pobres do que gerar emprego e renda, para garantir educação de qualidade, hospitais públicos com atendimento digno, transporte coletivo decente, cultura e lazer, entre outros.

Em vez de criar as condições básicas para a sobrevivência dos cidadãos pobres, as autoridades apostam na política do seu extermínio sob a lógica do confronto. Para esse tipo de governante, quem mora nas favelas só tem direito aos tiroteios, às balas perdidas, aos autos de resistência, aos caveirões. Sem contar o apartheid dos muros para a "proteção ambiental", nos morros e tapar a vista dos barracos nas marginais das vias expressas.

As populações a quem Sergio Cabral dedicou diretamente essas pérolas da mentalidade burguesa – os moradores das comunidades – devem refletir bastante para não repetir o equívoco de tê-lo eleito governador. Em 2010, tem mais. É a hora do

O Sindicato dos Bancários do Rio, que luta ao lado da população pobre por melhores condições de existência, convoca os bancários a participarem da 1ª Semana da Consciência Negra, de 16 a 20, para pensar, debater, questionar e propor soluções políticas para este estado de coisas.

Porta giratória racista?

Na coluna "Gente Boa", do jornal O Globo de 12 de novembro, o jornalista Joaquim Ferreira dos Santos publicou mais um caso de racismo nos bancos. Esta é mais uma faceta da discriminação dos negros nos bancos. Contam-se nos dedos as pessoas negras que trabalham nas agências ou departamentos. Já para os clientes, existe esta seleção que começa na porta giratória.



 Uma equipe de video do Circo Voador foi à agência do Itaú da Glória testar a porta de segurança. Lucas Louzada, branco, passou direto com a mochila. Fernando Xackall, negro, com a mesma mochila precisou tirar tudo de dentro - e a porta continuou travando. Tirou a camisa, ameaçou tirar a calça - e a fila crescendo atrás. A "porta" implicou e ele não entrou.

BANCÁRIO Presidente: Almir Aguiar – Sede – Av. Pres. Vargas, 502 /16°, 20°, 21° e 22° andares - CEP 20071-000 – Tel: 2103-4117 (PABX) – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – Sede Campestre - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-

4434 – Secretaria de Imprensa – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável Coletivo de Imprensa: Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú) - Editor: Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - Redatores: José Eurides de Queiroz - Mtb 11.7325 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/ RJ - Revisor: João Luiz Pacheco - Ilustrador: Julio Mariano - Diagramadores: Marco Scalzo, Verônica Motta (Reg. 20485/120/43) e Fernando Xavier - Fotos: Nando Neves - Secretário de Imprensa: Celedon Broca – Impresso na 3 Graph (Rua Marechal Aguiar, 36- Benfica – Telefone: 3860-0100) - Distribuição Gratuita - Tiragem: 21.000

HOMICÍDIO DE ADOLESCENTES

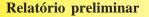
Garotos negros são os mais vulneráveis

Pesquisa estima que de 2006 a 2012, mais de 33 mil adolescentes de 12 a 18 anos perderão a vida nos 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes

O número de assassinatos de adolescentes no Brasil beira o paroxismo. E requer uma ação articulada entre governos, sociedade, Ongs, instituições de ensino e outros organismos nacionais e internacionais, adolescentes e jovens, para enfrentar esta realidade que aflige os brasileiros.

O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) tem como objetivo medir o impacto da violência nesse grupo social, com o objetivo de monitorar o fenômeno e avaliar a aplicação de políticas públicas. O IHA foi desenvolvido no âmbito do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens (PRVL).

Sob a coordenação do Observatório de Favelas, a iniciativa é realizada em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (Sedh/PR) e o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-Uerj).



O IHA foi realizado sob três eixos: articulação política (prevê ações em âmbito nacional de mobilização de diferentes atores sociais nas regiões estudadas) e produção de indicadores (monitora a evolução dos homicídio entre adolescentes, por meio do IHA). O terceiro aspecto, a sistematização de experiências que envolve o levantamento de análise e difusão de metodologias, contribui para a prevenção da violência e a redução da taxa de letalidade de adolescentes e jovens no país.

Um relatório preliminar apresentado à mídia, em julho deste ano, revela dados sobre a mortalidade de adolescentes entre 12 e 18 anos, em 267 municípios brasileiros com população acima de 100 mil habitantes. As fontes para o cálculo do IHA são o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e dados da população do IBGE.

Extermínio: 13 jovens por dia

O valor médio do Índice de Homi-



cídios de Adolescentes encontrado pela pesquisa nos 267 municípios estudados foi de 2,03 adolescentes mortos por homicídio antes de completar 19 anos, para cada grupo de mil adolescentes de 12 anos, uma cifra bastante elevada, considerando que uma sociedade não violenta deveria

apresentar valores próximos de zero.

Segundo o estudo, os homicídios representam 46% de todas as causas de mortes dos cidadãos brasileiros na faixa etária analisada.

O estudo apresentou dados curiosos, tais como Foz do Iguaçu, no Paraná, cidade com o maior índice de jovens vítimas de homicídio. Com 9,7 jovens assassinados em cada grupo de mil adolescentes, considerando a idade entre 12 e 18 anos, em Foz do Iguaçu matam-se três vezes mais jovens que a média nacional. Entre as capitais, Maceió é a campeã de jovens assassinados.

O estudo estima que de 2006 a 2012, o número de adolescentes vítimas de homicídio no Brasil ultrapasse 33 mil. A estimativa é de que 13 jovens, na faixa etária estudada, serão mortos por dia nesse período.

O cálculo do índice segue a lógica das tábuas de mortalidade e aplica taxas específicas de homicídio por idade, levando em

conta grupos de mil adolescentes de 12 anos.

Negros: maiores vítimas

O IHA revela ainda que raça, gênero, idade e territórios são fatores que aumentam as chances de adolescentes serem vítima de homicídio. Os meninos entre 12 e 18 anos têm quase 12 vezes mais probabilidade de serem assassinados do que as meninas dessa mesma faixa etária.

Os adolescentes negros têm quase três vezes mais chance de morrerem assassinados do que os brancos. A maioria dos homicídios é cometida com arma de fogo.

Na avaliação dos órgãos parceiros na realização da pesquisa, o resultado do estudo só reforça a necessidade de implementação e expansão de programas e ações para a educação e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes de todo o país.

São 11 as regiões metropolitanas que serviram de campo para a definição do IHA nacional. Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Curitiba (PR), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Vitória (ES). O Sudeste é a região que concentra a maioria dos municípios com os índices mais altos de homicídio de adolescentes.

Os 20 municípios acima de 100 mil habitantes com maiores valores do IHA*

Município	Estado	IHA	Nº de mortes esperadas até 2012
Foz do Iguaçu	(PR)	9,7	446
Governador Valadares	(MG)	8,5	327
Cariacica	(ES)	7,3	393
Olinda	(PE)	6,5	353
Linhares	(ES)	6,2	118
Serra	(ES)	6,1	375
Duque de Caixas	(RJ)	6,1	683
Jaboatão dos Guararapes	(PE)	6	578
Maceió	(AL)	6	826
Recife	(PE)	6	1263
Itaborai	(RJ)	- 6	175
Vila Velha	(ES)	5,6	315
Contagem	(MG)	5,5	460
Pinhais	(PR)	5,5	93
Luziânia	(GO)	5,4	149
Cabo Frio	(RJ)	5,4	121
Ibirité	(MG)	5,2	133
Marabá	(PA)	5,2	185
Betim	(MG)	5	304
Ribeirão Neves	(MG)	5	241

*Índice de Homicídios na Adolescência

É preciso acabar com o racismo

O presidente do Sindicato, Almir Aguiar, negro e bancário do Bradesco, fala sobre discriminação e da coincidência de ter nascido em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

O que significa para você esta coincidência de fazer aniversário neste dia 20?

Tenho muito orgulho deste fato. Ano passado fui homenageado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio (Alerj), com o diploma Zumbi dos Palmares (foto). Tenho orgulho de ser negro e de ter conquistado tudo o que eu almejava, na medida do possível, com muita luta

e trabalho.

Existe discriminação racial nos bancos?

Isto fica muito evidente quando você entra numa agência bancária e raramente vê um bancário ou bancária negro. Geralmente estão na retaguarda e nos departamentos. Mas este problema ocorre em todos os setores da economia. Al-

guns anos atrás, o Ministério do Trabalho foi acionado contra o Shopping Iguatemi que não havia nenhum trabalhador negro. Houve uma intervenção para reverter esta realidade, justamente em Salvador, a cidade com maior número de negros do país.

As estatísticas de mortalidade de jovens e adolescentes negros são assustadoras. O que você fazia quando tinha 12 anos? Você diria que pertenceu a um grupo de risco?

Nasci em casa, nas mãos de uma parteira. Isto foi uma situação de risco. Mas fora isto, nunca me senti assim. Estudei em escola pública, e, lá, sentia a discriminação: os profes-

balhando no banco, talvez tenha sofrido algum tipo de discriminação porque fui colocado para trabalhar em um departamento e não numa agência. Recentemente numa assembléia uma bancária me dirigiu palavras de cunho racista. Ela está sendo processada. Acho que isto é importante para mostrar que o racismo é crime e que precisa ser banido.

O que fazer para acabar com o racismo?

O problema da exclusão nos negros vem de longe. Com a abolição da escravatura, os assalariados passaram a ser, em sua maioria, imigrantes europeus. Os negros foram marginalizados, passaram a viver em guetos. Até hoje existe uma grande exclusão. São

necessárias políticas públicas de inclusão voltadas para a população negra. A polícia entra em uma comunidade, mas o Estado não leva para lá o saneamento básico, a saúde e a educação. Para mim, sobretudo a educação, é fundamental garantir a inclusão social deste segmento.



sores davam menos atenção aos alunos negros. Percebia que, mesmo sendo uma escola pública, havia muito menos estudantes negros. Talvez porque tivessem que ajudar os pais em casa, cuidando dos irmãos menores, ou porque tinham que, já cedo, trabalhar. Mais tarde, já tra-

Discriminação no mercado de trabalho

Estudo feito pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) em seis regiões metropolitanas comprova a discriminação contra os negros no mercado de trabalho. Uma das constatações foi a de que as taxas de desemprego entre os negros são sempre maiores que as dos não-negros. Embora a proporção de negros em idade para o trabalho seja de 46,6%, o número de desempregados negros é de 55,3%.

O levantamento mostrou ainda que os ganhos por hora dos trabalhadores evidenciaram mais a desigualdade por cor do que o rendimento mensal, porque, sobre a menor remuneração mensal recebida pelos negros, incide, ainda, uma jornada de trabalho maior. Como exemplo, em duas regiões metropolitanas com características bem diferentes – São Paulo e Salvador – o rendimento médio real dos negros por

hora é, respectivamente, 51,8% e 45,7% menor que o dos não-negros.

Dupla discriminação

A diferença salarial é ainda maior quando se compara as mulheres negras com os homens não-negros que estão no topo da escala de ganhos do trabalho. A duplicidade de discriminações – de raça e gênero - fica bem evidente. Em todas as regiões analisadas, o rendimento/hora da trabalhadora negra corresponde a não mais que 57% do recebido pelos homens não-negros.

O estudo do Dieese conclui que esta situação desfavorável dos negros no mercado de trabalho somente será modificada com a implementação de políticas de redução da pobreza, de campanhas de sensibilização a respeito da discriminação, de políticas afir-

mativas para esta população. E, ainda, pela garantia de acesso a serviços públicos de qualidade, como a educação.

Nos bancos

Nos bancos, a pressão dos bancários e seus sindicatos, garantiu uma cláusula específica na Convenção Coletiva da categoria, que define a criação de uma Comissão Paritária cuja função é orientar os gestores na prevenção de atos e posturas discriminatórias. A cláusula prevê, também, a implementação de um programa de Valorização da Diversidade no Setor Bancário. É um primeiro passo para reverter a realidade atual de discriminação racial nos bancos, facilmente verificada com a rara presença de bancários negros e bancárias negras nas agências.

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

Um instrumento para o começo da reparação

Na apresentação do texto do projeto do Estatuto da Igualdade Racial, de sua autoria, o senador Paulo Paim (PT/RS) escreveu: "Temos orgulho de sermos o que somos, mas é vergonhoso vivermos em um mundo onde os negros são tratados como seres inferiores. Lamentamos pelo atraso e pelas marcas que esse tratamento, sinônimo de desumanidade, registram na história da nossa Nação".

Com efeito, a relação entre raças na sociedade brasileira tem representado um desafio histórico. A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial demorou 10 anos para ser aprovado pelo Congresso Nacional. A última votação foi na Câmara dos Deputados, em setembro deste ano. Buscou-se com a criação desse documento reunir um conjunto de ações e medidas especiais que, se adotadas pelo governo federal, vão garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira.

Pelas regras do estatuto, os partidos políticos passam a ser obrigados a destinar aos negros 10% de suas vagas para candidaturas nas eleições. Também passa a exigir do sistema público de Saúde que se especialize em doenças mais características da raça negra, como a anemia falciforme. Na Educação, passa a ser obrigatória a inclusão no currículo do ensino fundamental aulas sobre história geral da África e do negro no Brasil. Outra novidade é o incentivo fiscal que o governo poderá dar para empresas com mais de 20 funcionários e que decidirem contratar pelo menos 20% de negros. É um bom começo para as ações afirmativas, reparatórias e compensatórias.